



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA-PB

Ref. Sessão: Plenária Ordinária Nº **676**
DECISÃO: Nº PL **41/2019**
Processo: Prot. **1064909/2017**
Interessado: **CONSTRUTORA TERRA BRASIL LTDA**
Assunto: Recurso ao Plenário.

EMENTA: Aprova por unanimidade o parecer do relator que nega provimento ao mérito de que trata o recurso interposto pela interessada, com aplicação de penalidade estabelecida no patamar máximo, regularizado, com valor atualizado nos termos da alínea "d" do Art. 73 da Lei N.º 5.194/66.

DECISÃO

O Plenário do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/PB, em sua Sessão Plenária Nº **676**, de 11 de março de 2019, considerando a matéria tratar de recurso interposto acerca da Decisão CEECA Nº 727/2018, que negou provimento ao mérito com aplicação de penalidade estabelecida no patamar máximo, devido à falta de comprovação Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente à construção de 500,00 m² (quinhentos metros) de muro de contorno do Condomínio Horizontal Residencial Sunville em Mulçumagno - João Pessoa/PB, e; Considerando que tal fato constitui infração ao Art. 1 da Lei Nº 6.496/77; Considerando que o (a) Autuado (a) não apresentou Defesa Escrita para análise da Câmara Especializada, tornado-REVEL; Considerando que até a presente data não ocorreu a Regularização do Fato Gerador da Infração; Considerando que a fiscalização agiu devidamente quando da Lavratura do Auto de Infração, em face da constatação de infração à legislação vigente; Considerando á análise detalhada da documentação probatória pelo relator, que a luz da legislação, exara parecer com o seguinte teor: "*Trata o presente recurso ao plenário do CREA/PB de recurso a decisão da Câmara especializada de Engenharia Civil, no processo Nº 1064909/2017 referente á defesa de Notificação/Auto de Infração por falta de art DE OBRA E SERVIÇO junto ao CREA/PB. (Lei 5.194/66). O interessado apresentou defesa tempestivamente ao plenário e não eliminou todo fato gerador. No entanto na apresentação do recurso ao plenário apresentou a justificativa que o profissional contratado para ser responsável da obra, pediu desligamento e que a construtora encerrou suas atividades, no entanto verificamos pelo acervo fotográfico da fiscalização, a obra está iniciada. Assim sendo somos de parecer por acompanhar em parte a decisão da Câmara Especializada de Engenharia Civil, pela MANUTENÇÃO do Auto de Infração devendo ser aplicada a penalidade máxima com seu valor atualizado nos termos da Lei N.º 5.194/66 Art.59. Este é o nosso Parecer, salvo melhor Juízo.*", DECIDIU aprovar por unanimidade o parecer do relator. Presidiu a Sessão o Eng. Civil **ANTONIO CARLOS DE ARAGÃO**, Presidente do Conselho estando presentes os Conselheiros Regionais: **JOÃO PAULO NETO, LUIZ DE GONZAGA SILVA, M^a DAS GRAÇAS SOARES DE OLIVEIRA BANDEIRA, LEONARDO EUDES DOS S. MEDEIROS, MARTINHO RAMALHO DE MELO, SÉRGIO BARBOSA DE ALMEIDA, ANTONIO DOS SANTOS DÁLIA, ANTONIO DA CUNHA CAVALCANTI, PEDRO PAULO DO REGO LUNA, JOSÉ ARIOSVALDO ALVES DA SILVA, JULIO SARAIVA TORRES FILHO, AMAURI DE ALMEIDA CAVALCANTI, FABIANO LUCENA BEZERRA, SUENNE DA SILVA BARROS, ORLANDO CAVALCANTI GOMES FILHO, FRANKLIN MARTINS P. PAMPLONA, LUIZ VALLADÃO FERREIRA, RUY FREIRE DUARTE, RENAN GUIMARÃES DE AZEVÊDO, LUIS EDUARDO DE VASCONCELOS CHAVES, FRANCISCO XAVIER BANDEIRA VENTURA, RONALDO SOARES GOMES, LEONARDO AUGUSTO A. DE MEDEIROS, MARCO ANTONIO RUCHET PIRES, MARCELO ANTONIO CARREIRAC. DE ALBUQUERQUE, TIAGO MEIRA VILLAR, SEVERINO PEREIRA DA SILVA JUNIOR, EVELYNE EMANUELLE PEREIRA LIMA, JOÃO ALBERTO SILVEIRA DE SOUZA, ADERALDO LUIZ DE LIMA, ROBERTO WAGNER CAVALCANTI RAPOSO, TI RAPOSO, JOSÉ CÉSAR ALBUQUERQUE COSTA, ANTONIO CARLOS TEIXEIRA NETO e PAULO HENRIQUE DE M. MONTENEGRO.**

Cientifique-se e Cumpra-se

João Pessoa, 11 de março de 2019


Eng. Civ. **ANTONIO CARLOS DE ARAGÃO**
-Presidente-